

REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE COMUNIDADE LGBTQIA+ E TEORIA QUEER NOS ESTUDOS INFORMACIONAIS

Erick Faria Mosso, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), <https://orcid.org/0000-0002-9818-3399>

**Luciana de Souza Gracioso, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),
<https://orcid.org/0000-0002-6320-4946>**

RESUMO

O estudo desenvolvido parte de um problema de pesquisa que se localiza na necessidade de investimento e aprofundamento em pesquisas relacionadas a comunidade LGBTQIA+, no escopo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). Parte-se da hipótese de que, embora crescente, o número de produção científica na área, sobre o assunto, ainda seria insipiente, frente a configuração social brasileira em relação a proporcionalidade desta comunidade no país. De modo mais específico, considera que a Teoria Queer, de Judith Butler, poderia configurar como base para a construção de uma matriz de discussão dos estudos informacionais, para fomentar a área, na construção de conceitos, teorias e metodologias de estudos informacionais, coerentes as demandas dessa comunidade. No intuito de constatar os pressupostos indicados, foram delimitados como objetivos específicos da pesquisa, apresentar sumariamente o contexto da Teoria Queer e verificar como está a quantificação da produção científica sobre assuntos relacionados aos temas LGBTQIA+, inicialmente em bases de dados internacionais em BCI, e depois em bases de dados nacionais da área. Ao final, objetivou-se construir uma análise geral sobre como estão sendo produzidos trabalhos científicos sobre o assunto. Como aporte metodológico, foi desenvolvida pesquisa exploratória, alicerçada em levantamento bibliográfico e documental. As bases de dados internacionais elencadas foram: Information Science & Technology Abstracts Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text; Library and Information Science Abstracts. Já as bases de dados nacionais elencadas foram a BRAPCI, RPPBCI e o Repositório da FEBAB. O recurso utilizado para análise das produções bibliográficas e documentais foi à análise de conteúdo. Ao final do processo argumentativo construído, é feita a sinalização sobre como elementos apresentados com âmbito da Teoria Queer podem contribuir para uma reflexão crítica no escopo da Ciência da informação e da Organização do Conhecimento (OC).

Palavras-chave: LGBTQIA+; Biblioteconomia e Ciência da Informação; Teoria Queer; Judith Butler; Organização do Conhecimento.

REFLEXIONES PRELIMINARES SOBRE LA COMUNIDAD LGBTQIA+ Y LA TEORÍA QUEER EN LOS ESTUDIOS INFORMATIVOS

RESUMEN

El estudio se desarrolló a partir de un problema de investigación que se ubica en la necesidad de inversión y profundización en investigaciones relacionadas con la comunidad LGBTQIA+, en el ámbito de la Bibliotecología y Ciencia de la Información (BCI). Se asume que, aunque creciente, el número de producción científica sobre el tema es aún insipiente, dada la configuración social brasileña con relación a la proporcionalidad de esta comunidad en el país. Más específicamente, considera que la Teoría Queer de Judith Butler podría servir de base para la construcción de una matriz de discusión para los estudios informacionales, con el fin de animar al área a construir conceptos, teorías y metodologías para los estudios informacionales que sean coherentes con las demandas de esta

comunidad. Para verificar estos supuestos, los objetivos específicos de esta investigación fueron presentar brevemente el contexto de la Teoría Queer y verificar la cuantificación de la producción científica sobre temas relacionados con LGBTQIA+, inicialmente en bases de datos internacionales en ICB, y luego en bases de datos nacionales del área. Al final, nos propusimos construir un análisis general de cómo se producen los artículos científicos sobre el tema. Como soporte metodológico, se desarrolló una investigación exploratoria, basada en el relevamiento bibliográfico y documental. Las bases de datos internacionales enumeradas fueron: Information Science & Technology Abstracts Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Tex; Library and Information Science Abstracts. Las bases de datos nacionales fueron BRAPCI, RPPBCI y Repositorio FEBAB. El recurso utilizado para el análisis de las producciones bibliográficas y documentales fue el análisis de contenido. Al final del proceso argumentativo construido, se analiza cómo los elementos presentados en el ámbito de la Teoría Queer pueden contribuir a una reflexión crítica en el ámbito de la IC y la Organización del Conocimiento (OC).

Palabras clave: LGBTQIA+; Biblioteconomía y Ciencia de la Información; Teoría Queer; Judith Butler; Organización del Conocimiento.

PRELIMINARY REFLECTIONS ON LGBTQIA+ COM-MUNITY AND QUEER THEORY IN INFORMATIONAL STUDIES

ABSTRACT

The study developed is based on a research problem that is located in the need to invest and deep research related to the LGBTQIA+ community, in the scope of Librarianship and Information Science (BCI). It is assumed that, although growing, the number of scientific production on the subject is still insipient, given the Brazilian social configuration in relation to the proportionality of this community in the country. More specifically, he considers that Judith Butler's Queer Theory could serve as a basis for the construction of a discussion matrix for informational studies, in order to encourage the area to build concepts, theories and methodologies for informational studies that are coherent with the demands of this community. In order to verify the indicated assumptions, the specific objectives of this research were to present briefly the context of Queer Theory and to verify the quantification of scientific production on subjects related to LGBTQIA+ themes, initially in international databases in ICB, and then in national databases of the area. At the end, we aimed to build a general analysis of how scientific works on the subject are being produced. As a methodological contribution, exploratory research was developed, based on a bibliographic and documental survey. The international databases listed were Information Science & Technology Abstracts Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Tex; Library and Information Science Abstracts. The national databases were BRAPCI, RPPBCI and the FEBAB Repository. The resource used to analyze the bibliographical and documental productions was content analysis. At the end of the argumentative process built, the analysis is made on how the elements presented in the scope of Queer Theory can contribute to a critical reflection in the scope of CI and Knowledge Organization (KO).

Keywords: LGBTQIA+; Library and Information Science; Queer Theory; Judith Butler; Knowledge Organization.

1 INTRODUÇÃO

A informação tem papel primordial na formação do conhecimento moldando-se

através da linguagem e sendo um produto desta ela embasa a comunicação que surge da

interação social o que sofre interferência do contexto e da intenção do sujeito e também do grau de compreensão de conceitos e significados que se tem sobre tal assunto e tema. A potencialidade disso é que se pode apropriar do conhecimento para a construção de novos saberes e assim transformar o ambiente que vivemos propondo novos cenários e pensamentos (Silva, 2019).

Tudo que se absorve no processo de aprendizagem sofre influência da interação social, dinâmica essa que coloca a informação também em condição de ser moldada aos interesses de um sistema que se perpetua mediante a hegemonia cultural, no contexto institucional percebido como uma engrenagem que perpetua pensamentos dos grupos dominantes através de suas narrativas de poder, passam a controlar tanto os indivíduos como ao que esses tem acesso, sendo os conteúdos informacionais polidos ao que vai de encontro dessas visões (Silva, 2019).

A aprendizagem que diz respeito à aquisição do conhecimento também acaba sendo afetada pela dinâmica social. Os aspectos de cultura e sociedade que, de forma sistêmica, promovem uma série de discursos no contexto de informação e que, através de um movimento formativo não dialógico, acabam por condicionar os sujeitos a elementos presentes na própria aprendizagem, que, por vezes, são descontextualizados e pautados em generalidades ou repertórios de saberes hegemônicos desconsiderando aspectos como a regionalidade, cultura ou mesmo preceitos específicos de seus grupos de vivência em sociedade (Silva, 2019, p. 20).

Estamos todos sujeitos ao discurso e também somos o resultado dele, ou seja, ficamos expostos aos diferentes discursos difundidos e manifestados socialmente, mas somos subordinados principalmente aos dominantes. Como mediadores de informação em centros de informação ou fora deles,

enquanto sujeitos do discurso construímos intelectualmente e na prática a Biblioteconomia e a Ciência da Informação com narrativas que muitas vezes não contemplam a diversidade nas formas de ser, se relacionar afetivo-sexual e nas diversas manifestações de gênero. As instituições possuem um papel de impacto direto na sociedade pelo seu caráter de poder e controle de uma comunidade, assim, sendo construídas por pessoas, também sofrem e principalmente propagam discursos que muitas vezes vai contra o direito de todos, mas, que por serem proferidas por uma instituição, possuem certa credibilidade e são acatadas pelos demais atores sociais.

Percebe-se em muitos momentos que os direitos das pessoas LGBTQIA+ são violados pelas próprias instituições de ensino e conhecimento, nas escolas são condicionados a se adequarem a papéis que não os contemplam sob o véu da disciplina, com pretexto de manter a ordem são manipulados e apartados de vivências e conteúdos que tragam narrativas de suas realidades.

Em unidades de informação, como bibliotecas, arquivos e museus, os processos padronizados de atuação necessitam ser atualizados pois não contemplam a diversidade e através do poder como instituição e da credibilidade e poder que possuem seus sujeitos ali atuantes, pode contribuir com as desigualdades se omitir-se de sua atuação como promotora de conhecimento respeitando e promovendo a diversidade. Gomes (2019, p.97) nos aponta que:

Por seu papel de poder, a informação e o conhecimento geram impactos no campo social, seja por meio da redução de desigualdades ou da reafirmação e manutenção de desigualdades e discursos. Deixa-se, então, de se pensar a informação como algo unicamente ao bem social, mas possível de ser utilizado como forma de dominação. Essas formas de dominação vão muito além de somente o uso dado às informações e aos conhecimentos, mas também aos

instrumentos que acabam por tornar possível o exercício do poder.

Bibliotecários, Museólogos, Arquivistas e todos os Cientistas da Informação tem o dever de garantir que toda informação necessária àquele que não se vê representado nas instituições de ensino e conhecimento, ou nas oficiais e governamentais que não os acolhem, encontrem nas unidades de informação o conhecimento necessário para seu pleno desenvolvimento intelectual, humano e crítico, estando livre de controle, dominação e anulação, pois como explica Silva (2019):

Sujeitos da população LGBTQI+ enfrentam cotidianamente processos disciplinares, coerção e invisibilidade por grupos que possuem capital social e poder articulatório no seio institucional, ou seja, a menos que haja um enfrentamento das ideologias hegemônicas em prol dos discursos, narrativas e valores identitários dessa população, eles não chegarão sequer a figurar nos registros institucionais oficiais e nas narrativas de conhecimento, pois serão silenciados como meio de neutralizar posicionamentos que atuam contra o discurso formal e, dessa forma, asseguram-se a parcialidade e controle nos sistemas de dominação (Silva, 2019, p. 36).

Estudos de Gênero e de diversidade sexual são cada vez mais abordados em Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois refletem questões sociais que não podem ser desvincilhadas do fazer bibliotecário e das vivências nos espaços da biblioteca ou de qualquer outra unidade de informação. Para Lima e Santos (2019) a biblioteca deve ser um espaço que garanta os direitos de todas as pessoas de ter acesso à informação e também seja um ambiente com pautas que proporcionem discursos de diversidade educando assim aqueles que ali convivem, respaldado nos preceitos da Organização das Nações Unidas (ONU) que garante nos direitos humanos o acesso à informação para todas as

pessoas. Apesar disso contextualizam os autores que:

Nota-se que a biblioteca, enquanto instituição formal na sociedade, também opera como agente controlador das normatividades estabelecidas. Os discursos nos conteúdos dos acervos refletem, em geral, as hierarquias, a história, o esquema de como tudo está posto e organizado no mundo sob uma determinada lógica de exposição. A biblioteca participa, mesmo sem saber (ou conscientemente), desse ajustamento de condutas. Um exemplo para esta afirmação pode ser comprovado na repetição da compulsória divisão binária de sexo entre masculino e feminino nas fichas de inscrição de usuários da biblioteca. Ela é uma arena de formação das individualidades e das coletividades (Lima & Santos, 2019, p. 57).

Essa lógica dominante interfere no trabalho dos bibliotecários e para libertar-se dessas amarras é necessário entender a diferença entre sexo, identidade de gênero e orientação sexual, e que para isso colocam Lima e Santos (2019) o rompimento dos conceitos e lógicas hegemônicas para que se entenda essas outras vivências que não seguem a normatividade.

O profissional bibliotecário ao indexar no intuito de buscar substitutos para o conhecimento estabelece rótulos, o mais das vezes permeado por certa subjetividade. Sem dúvida, tal fazer está baseado em um contexto cultural e ideológico e, por isso, está sujeito que as crenças pessoais do profissional interfiram na representação do conhecimento que está em análise naquele momento. (Pinho & Guimarães, 2011, p.354).

Para ilustrar esse aspecto podemos resgatar em nossas pesquisas nas bases de dados os estudos de Organização e Representação do Conhecimento de Pinho e Guimarães (2011) que ao reforçar a atuação

ética e crítica do profissional da informação nos trazem uma análise sobre linguagens de indexação brasileiras realizando a utilização de terminologias que permeiam o universo social da homossexualidade masculina para comparar quais termos apareciam e tinham equivalentes em três diferentes linguagens, o que mostra que o tratamento temático da informação não é simples e não se basta em atividades técnicas, mas também em imersão nas questões históricas e sociais acerca do tema.

O contexto social pode provocar a produção de figuras de linguagem, o que faz com que o grupo específico analisado por Pinho e Guimarães (2011) tenha criado expressões específicas em suas comunicações para entendimento entre os participantes desta parcela da comunidade, levantando fortes indícios de um vocabulário específico com termos a princípio compreensíveis aos homossexuais masculinos como forma de resistência para manter interação segura sobre especificidades que os permeiam e representam.

Os preconceitos e estigmas estão institucionalizados e na procura por terminologias que fossem equivalentes nas linguagens de indexação brasileiras em sua amostra escolhidas, Pinho e Guimarães (2011) coletam dados que nos apontam a confirmação dessa informação, na revisão bibliográfica pudemos interpretar que muitos termos de cunho discriminatório ainda permeiam vocabulários controlados de instituições públicas e que por falta de revisão e negligência perpetuam esses discursos ultrapassados em suas atividades, que como instituições de poder e credibilidade fomentam a sociedade e suas condutas através do controle, que nesse caso é através do conhecimento onde filtrado por termos já em desuso ou até mesmo em muitos casos pela falta de escolha de palavras-chaves que possam representar certo grupo, acabam por invisibilizar a população desta comunidade.

Ainda, como exemplo podemos apontar a pesquisa de Gomes (2019) que articula autores e metodologias apontando maneiras

para traçar orientações para a construção de tesouros para a comunidade LGBTQIA+, aqui o autor nos mostra como os Sistemas de Organização do Conhecimento são instrumentos de poder agindo de forma a ofuscar certos conteúdos que demonstram relação com grupos socialmente excluídos e marginalizados, fazendo com que acabe refletindo a ideologia de quem os desenvolve e não refletindo a realidade. Assim elucidada, “Eles agem por meio dos discursos tendenciosos em visões de mundo particulares que colocam em evidência algumas informações e levam à obscuridade outras” (Gomes, 2019, p.100).

Em suas análises no âmbito da organização do conhecimento, Gomes (2019) coloca a necessidade da abertura cultural desses sistemas, incluindo diferentes perspectivas através de percepções, vivências e concepções culturais diversas. O autor propõe e orienta a construção de um tesouro com o conceito de garantia cultural, que leva em consideração os pontos de vista valorizados por uma comunidade ou grupo para sua participação direta nesse processo de desenvolvimento.

É então compreensível apontar que um SOC construído com base também na garantia cultural poderá ser mais representativo na forma de organização se for baseado na compreensão que um grupo de pessoas tem de uma área específica. É uma forma de buscar no usuário o significado que ele dá aos elementos simbólicos e que estarão presentes no SOC e no próprio sistema de informação. [...] Se as opressões sociais e culturais são, em parte, fruto das visões de mundo e valores de determinadas comunidades ou sociedades, a garantia cultural ganha importância como um elemento descontinuador da perpetuação dessas opressões (Gomes, 2019, p.106).

Pensando nessa proposta de inclusão Gomes (2019) destaca três elementos que

devem estar presentes para a garantia cultural: a representação, a representatividade e o lugar de fala. Neste sentido a representação para o autor “...é algo, concreto ou abstrato, que assume a forma, física ou de conteúdo, de outra coisa, ou alguém, com o objetivo de apresentá-la de uma nova forma, quase sempre buscando a maior aproximação possível.” A representatividade pode ser percebida tanto nos termos e conceitos escolhidos para a construção dos tesouros, como também no uso de materiais de referencial representativos e que partam ou sejam construídos no contexto que se deseja representar.

É primordial também que nessas equipes de desenvolvimento tenha a participação de pessoas LGBTQIA+ para que de fato haja representatividade e lugar de fala para o desenvolvimento de uma Biblioteconomia e Ciência da Informação que acolha a visão de mundo da diversidade. Neste momento colocamos o lugar de fala presente de forma a dar credibilidade ao que a comunidade tem a dizer, colocando-a não só como um ser passível de ser estudado, mas agregando essas pessoas e seus conhecimentos na construção ativa da ciência e proporcionando mudanças e atualizações em nossas atividades e estudos com novas perspectivas e atores.

O autor supracitado nos aponta categorias de pessoas, materiais, métodos e processos que influenciam na construção de SOCs e mais especificamente de tesouros. Em pessoas temos os profissionais da informação que aplicam os modelos, e os consultores de domínio que orientam na escolha de materiais. Os dois sempre agindo de forma ética e crítica e não esquecendo de compor esses grupos com pessoas da comunidade LGBTQIA+ para garantir os preceitos de representação, representatividade e lugar de fala, lembrando que o conhecimento dessa comunidade está além da ciência e da academia. Assim, em materiais considera-se a diversidade quando buscam além de materiais bibliográficos a inclusão de outros, como por exemplo, registros em ONGs e movimentos sociais e todo

conhecimento construído por esses grupos organizados ou não, mas que colaboram com suas narrativas e produzem materiais de sua própria vivência incluindo assim a garantia cultural para a seleção de referências. Já em métodos, fica explícito a necessidade de adotar os que sejam menos padronizados e simplistas pois em uma equipe, tema e proposta de diversidade deve-se ir além e utilizar metodologias das ciências humanas e sociais. Por fim, em processos é necessário entender e perceber as particularidades de cada área para determinar o melhor procedimento a ser adotado.

As organizações governamentais possuem o dever de garantir direitos para todos, porém na sua ausência ou nas suas falhas as organizações não governamentais (ONGs) fazem o papel de disseminar auxílio e promover acesso aos programas assistenciais e de promoção de cidadania. Sendo assim constituem-se como uma fonte confiável de produção de informações e dados que servem de consulta e acesso tanto da população quanto mesmo de profissionais da informação.

Importante mencionar aqui o trabalho de Cortes, Silva, Silva, Soares (2017) que analisa e promove um processo de mediação informacional no Espaço LGBT, organização que atua para acolhimento e promoção de direitos da comunidade e que possui um acervo de dados de atendimentos que servem de parâmetro para políticas públicas nesta área. Como um órgão governamental ainda atua em rede com outros possibilitando transformações sociais através de seus atendimentos. A disseminação dos dados produzidos pelo Espaço LGBT e sua história de atuação são por si a construção de uma fonte confiável de mediação e disseminação, podendo assim servir de material para a garantia cultural. O centro promove a luta contra a LGBTfobia e o amparo da plena cidadania, mas os autores realizaram um recorte nos dados para focar nas violências sofridas por transexuais e travestis, promovendo uma atenção para esta parcela da comunidade que é tão diversa.

Para além dos estudos institucionais em seu papel social e no seu perfil de poder e também de seus atores que ali ocupam alguma posição de influência, temos trabalhos utilizando o conceito das práticas informacionais que segundo análises de estudos de usuários coletadas por Silva, Côrtes, Oliveira (2019) nos apontam o aumento de pesquisas que consideram aspectos sociais na esfera informacional e que colocam os sujeitos (usuários) de modo contextualizado.

A mudança nos estudos de usuários possibilitou compreender e descrever os hábitos nas buscas de informação, com diferentes abordagens e métodos coloca hoje através do conceito de Práticas informacionais os sujeitos como protagonistas compreendendo que existem atos por trás do comportamento informacional que pode ser observado na perspectiva desses estudos, contribuindo para a Ciência da Informação e trazendo o

2 TEORIA QUEER: MATRIZ PERFORMATIVA

A Teoria Queer se apresenta como uma teoria política dos anormais como afirma Vieira (2020). Os estudos sobre a teoria não seguem uma linearidade, ou seja, não se exige a necessidade de conhecer um autor ou pensador antes de algum outro, pois os instrumentos conceituais ditos como constantes e pertencentes ao que chamamos de Teoria Queer são vastos e diversos e os pensamentos propostos pelos teóricos são pouco relacionados entre si, o que possibilita certa liberdade para estudar e refletir a respeito do tema.

Entender o sentido do termo Queer ou da palavra Queer é fundamental para se perceber a Teoria Queer ou pra se entender Teoria Queer porque há na subversão, ou na resignificação da palavra e da ofensa Queer um projeto político de destituição dos regimes de poder e de normalidade. (Vieira, 2020).

entendimento à nossa área de que além do indivíduo sofrer influência do meio em que vive ele também promove ações que interferem nesse ambiente (Silva, Côrtes & Oliveira, 2019).

Com todo esse amparo de autores, reflexões e diálogos que embasam nossas análises podemos entender como a informação, o discurso, o conhecimento, os atores e sujeitos envolvidos e as instituições presentes constroem a sociedade e sua conduta e de seus indivíduos, nesse processo influencias ocorrem mutuamente e ao mesmo tempo que somos influenciados por um discurso podemos influenciar com nossos próprios, mas mesmo sabendo que existem os dominantes e opressores, hoje tendo em vista que a informação nos possibilita a emancipação desse contexto hegemônico propomos a construção de nossos próprios discursos no processo de adquirir o conhecimento.

O termo Queer em seus registros era, inicialmente, relacionado a pessoas, sujeitos ou corpos considerados imprestáveis, improdutivos e indesejáveis, não se relacionando diretamente neste primeiro momento às sexualidades desviantes da norma. Somente em registros posteriores fez-se tal relação com sexualidades dissidentes e tornou-se então para sujeitos e corpos LGBT uma forma de ofensa, organizando essas pessoas em posição de abjeção e subalternização (Vieira, 2020).

O contexto de surgimento das proposições acerca do tema foi no período dos anos 1980 nos Estados Unidos da América, onde, em um cenário de forte presença dos moralismos nos debates públicos, começou a surgir um levante em estudos acerca dos direitos das mulheres, da população negra e da população LGBT. A Teoria Queer, nesse momento, surge com grande influência de movimentos feministas e de gays e lésbicas, porém no período, os debates e demandas dos

movimentos e estudos produzidos por esses grupos iam de encontro com a normalização e a disciplina, pois ao tentar explicar que a homossexualidade era normal, se criava um perfil de gay e lésbica socialmente aceito, ou seja, o que se submetia ou mais se aproximava da heteronormatividade.

Reivindicar a participação dentro do sistema já estabelecido na norma não é suficiente para acabar com as engrenagens que as ditam e também muitas vezes corroboram para a manutenção das exclusões tendo em vista que se a norma é hetero, cis, branca. Mesmo que se tente buscar assimilação dentro desses padrões, muitos corpos ainda ficam de fora, ou seja, mesmo que na época e no contexto as pautas de gays e lésbicas procuravam explicar ao sistema que eles eram normais, criando assim uma demanda de direito de representação dentro desse padrão, mantinha-se a mesma norma obrigando aqueles que queriam participar dessa assimilação, a estarem dentro de certas regras e disciplinas que de várias maneiras cerceavam a homossexualidade e ainda não incluíam todos nessa participação. Essa busca por representação social dentro do sistema normativo acaba por legitimá-lo, sendo assim além de manter a heteronormatividade se exclui do processo de assimilação pessoas que são dissidentes, produzindo novo ambiente de exclusão (Louro, 2001, p.549).

Ao alertar para o fato de que uma política de identidade pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, os teóricos e as teóricas queer sugerem uma teoria e uma **política pós-identitárias**. O alvo dessa política e dessa teoria não seriam propriamente as vidas ou os destinos de homens e mulheres homossexuais, mas sim a crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos (Louro, 2001, p.549, grifo nosso).

Neste contexto pode-se dizer que a Teoria Queer nasceu do direito de ser diferente, da afirmação de que não se é necessário pertencer à norma, viabilizando e considerando as diferenças e mostrando que a normalização é uma criação e que o normal não existe. Então como forma de resistência as pessoas se autoafirmam Queer como forma de se referenciar como diferente, como parte da diversidade, ressignificando a palavra como resposta de luta, orgulho e aceitação. A ofensa, segundo Vieira (2020) pode construir, condicionar e significar. Por isso, ele diz que, aos subvertermos uma ofensa, atumos em um ato de guerrilha linguística. Esse pode ser um ponto importante das proposições Queer e dos pensamentos estudados na teoria.

Os pensadores acerca do tema evidenciam e defendem que é necessário romper e destruir as bases e instrumentos que constroem e sedimentam a norma que rege a sociedade, pois esta constrói um sistema heterocisnormativo e uma sociedade patriarcal e racista. Vieira (2020) evidencia assim as diferenças entre a teoria Queer e os movimentos de luta gays e lésbicos que neste contexto e momento dos anos 1980 nos EUA, buscavam reivindicar por direitos que acabavam por colocá-los em posição e situação de se submeter ao processo de higienização para serem assimilados dentro do sistema já instaurado, isso porque as pautas demandadas eram por direitos de casamento e união estável monogâmica, adoção de filhos, entre outras que eram a pura reprodução de tudo aquilo que o sistema já impunha e disponibilizava como método de controle de condutas a trabalho da manutenção das normas e do sistema regulador social. Aceitar ou ir em busca de ser assimilado pelo sistema normativo fazia com que se criasse um padrão de homossexuais que pudessem fazer parte da sociedade dentro de certos termos, porém nem todos os corpos poderiam ser assimilados como aponta Vieira (2020), os corpos racializados, travestidos, de homossexuais masculinos que performavam feminilidade, lésbicas que performavam masculinidade, pessoas trans ou diversas outras

identidades e expressões que naquele momento ainda não se haviam palavras que as denominavam, enfim, todos os dissidentes e desviantes que não pudessem ser inseridos nesse processo ficavam de fora da inclusão, ou melhor expondo, ficavam de fora do processo de higienização que a assimilação impunha.

Na medida em que queer sinaliza para o estranho, para a contestação, para o que está fora-do-centro, seria incoerente supor que a teoria se reduzisse a uma ‘aplicação’ ou a uma extensão de idéias fundadoras. Os teóricos e teóricas queer fazem um uso próprio e transgressivo das proposições das quais se utilizam, geralmente para desarranjar e subverter noções e expectativas. É o caso de Judith Butler, uma das mais destacadas teóricas queer. Ao mesmo tempo em que reafirma o caráter discursivo da sexualidade, ela produz novas concepções a respeito de sexo, sexualidade, gênero (Louro, 2001, p.548).

A Teoria Queer sendo uma teoria crítica busca então ir contra os padrões estipulados e não aceita o processo de higienização de suas formas de vida, suas linguagens, suas aparências, suas vestimentas, suas corporeidades, entendendo que os aspectos considerados estranhos para os agentes dentro da norma na verdade fazem parte do que se constitui como a criação de um sistema de normalização que tem o propósito de controlar expressões, identidades, condutas, sexualidades, dito isto, a aceitação e potencialização do que se é enquanto pessoa que está fora dos padrões do sistema faz parte aqui também das formas de luta para a desconstrução ou mesmo a destruição dos aparatos que mantem a norma segura e vigente. Não se espera ser aceito e nem mesmo representado por um sistema que ainda opera dentro da norma, reflete aqui a possibilidade de ser e construir os próprios parâmetros existenciais, por ser questionadora e crítica da construção de normalidade as proposições acerca dessas problemáticas buscam

ressignificar e recriar seus próprios conceitos fora do sistema regulador rejeitando os saberes dominantes.

A crítica sobre a identidade é fortemente presente na Teoria Queer, Judith Butler contribui para essa análise na obra “Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade”, de 1990, onde critica a noção de construção social simples da identidade de gênero e defende que o gênero é performativo e dessa forma é feito na medida que se é performado socialmente. Esta abordagem de Butler acerca da identidade, negando-a enquanto algo estático fez enorme impacto nos estudos de gênero e feministas pois questionava o que era ser mulher e quais eram as demandas destas dentro de um sistema que não possibilitava a resposta dessa pergunta, pois novamente se pleiteava direitos dentro de um sistema normativo masculino que produziam as diferenças de gênero e ao tentar chegar na resposta do que é ser mulher dentro da norma se cria um ideal e percepção sobre essa identidade que não contemplaria todas criando um novo ambiente de exclusão, nesse contexto Butler se aproxima das críticas e reflexões que feministas negras faziam sobre os questionamentos acerca desse tema (Vieira, 2020).

A riqueza da obra de Butler consiste justamente no caráter provocativo [...] Trata-se da questão da “performatividade”. Assim, a primeira coisa que devemos saber para entender do que Judith Butler está falando é que as palavras provocam ações e atuações. Que as palavras agem. Que todas as teorias existentes causam algo em sujeitos concretos. E que a teoria da própria Butler faz o mesmo, mas não esconde que o faz. Nesse sentido, ela sabe que está provocando. E quem ela provoca? O poder, enquanto este se confunde com a “verdade” sobre algo como identidade sexual de gênero (Tiburi, 2013, p.22).

Vieira (2020) ainda articula que os indivíduos detentores de poder na sociedade gozam do ato de nomear aqueles que eles subalternizam, criando assim estigmas sobre esses corpos, a ofensa opera da mesma forma, por esse motivo a importância de ressignificar o termo Queer e qualquer outra ofensa, ainda pensando nesse poder de nomear, designar e impor, na performatividade de gênero o exemplo que Vieira (2020) nos traz é o de que quando um médico diz que um bebê ainda não nascido é menino ou menina ele profere um discurso que através da fala designa uma potencial performance para esta criança no seu futuro, performance esta que está se construindo mesmo antes de sua vinda ao mundo e será constantemente construída na medida que se vive. “Para que um indivíduo seja identificado enquanto macho ou fêmea, não basta que seja constatada a presença de uma ou outra genitália” (Castro, 2013, p.44). Dito isto, aqui se coloca a reflexão de que o sexo biológico não é considerado natural para a teoria, seria uma criação social e histórica, já que o corpo do homem foi considerado por muito tempo o padrão e o da mulher o corpo não desenvolvido completamente, porém quando se assimila a mulher como outro sexo se cria outra imposição histórica e médica sobre os corpos, que inclusive se mantem no binarismo e que talvez não exista para sempre, visto que pessoas intersexo hoje jogam esse discurso médico binário para fora da chamada naturalidade (Vieira, 2020).

Castro (2013, p.44) também aponta esses aspectos acerca das análises de Butler. A autora reafirma que os gêneros masculino e feminino são uma construção social e que enquanto identidade dentro de um sistema operam e sofrem regulação da dominação normativa, aponta também que o sexo é construído da mesma maneira e que “O reducionismo biologista e naturalista da sexualidade humana a um binarismo essencial desconsidera o papel que a repetição reiterada de gestos, práticas e falas possui na configuração da sexualidade” (Castro, 2013, p.44).

Desafiar o poder e denunciar suas práticas de controle e normalização é um dos pontos principais para a análise da teoria, desempoderar o poder é fundamental através da exposição de como agem os instrumentos de dominação e subjugamento, para isso além de evidenciar a performatividade que se aponta como uma das principais proposições da Teoria Queer faz-se relação com as obras e pensamentos de outros autores como Michel Foucault para realizar as exposições das ferramentas usadas pelo poder normativo em sua organização a fim de impor, controlar e disciplinar. A Análise do Discurso que Foucault aborda se relaciona com a Teoria Queer na medida que possibilita desnudar de forma crítica a construção dos discursos de controle que regem as relações sociais através de posições de poder, assim Butler se conecta também com linguística.

Ligar o linguístico e o ideológico, no âmbito da prática discursiva, é falar de formação discursiva na medida em que esta determina o que pode ou não ser dito em certo campo do conhecimento levando em conta a posição do enunciador (Moraes, Lima & Caprioli, 2016, p.79).

Entender que não há uma verdade universal é primordialmente necessário para entender que todas as construções de identidade para Butler são feitas no centro da norma e para regular e manter a heteronormatividade se utiliza de dispositivos culturais e políticas hegemônicas, sendo assim esse ato de designar um corpo como masculino ou feminino tem caráter performativo e vindo de uma autoridade médica em posição de poder desencadeia atos de construção de sexo e de gênero, a medicina alias serve aos interesses da norma assim como outros dispositivos que tentam normalizar o corpo e a sexualidade, assim vemos ainda hoje casos de transfobia e casos de violência médica em relação a pessoas intersexo, por essa função de autoridade reguladora das instituições e do caráter normativo que prescreve e dita as formas de como se deve performar.

Tornar-se um sujeito feminino ou masculino não é uma coisa que aconteça num só golpe, de uma vez por todas, mas que implica uma construção que, efetivamente, nunca se completa. Butler complica a noção de “identidade de gênero”. Afirma que gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos. Não é algo que se “deduz” de um corpo. Não é natural. Em vez disso, é a própria nomeação de um corpo, sua designação como macho ou como fêmea, como masculino ou feminino, que “faz” esse corpo. O gênero é efeito de discursos. O gênero é performativo (Louro, 2013, p.32).

Os grupos oprimidos começam a construir seus próprios saberes, estudos e conhecimentos passando a ocupar universidades e dessa forma a construção da Teoria Queer se torna uma forma de transgredir a norma e criticar as identidades produzidas por ela, defender que se performa e não que se é algum gênero e sexo possibilita a subversão da norma através da performance.

No Brasil existiram movimentos simultâneos, mas não se produzia teoricamente estudos que se assemelhavam ao de Butler, pois ainda não se criticava a norma e a identidade. Somente se buscava pensar acerca das minorias e como se organizar politicamente naquele

contexto. Porém antes mesmo das proposições acerca dos estudos Queer já haviam atores sociais que performavam ambiguidades de gênero e subversão sexual que abriam discussão acerca dos estudos e lutas homossexuais e de gênero no Brasil. Na época já estava presente a percepção de que os grupos eram diversos, hoje temos a necessidade de intersecção nos estudos de gênero e sexualidade para abranger a maior diversidade possível.

A Teoria Queer pode ser vista no eixo norte e ocidental como uma emancipação dos costumes conservadores que condicionam corpos oprimidos e considerados abjetos, talvez uma teoria crítica que possa descolonizar a América do Norte, mas aqui no Brasil e América Latina pode ser problematizada como mais uma colocação imperialista visto que os EUA hoje impõe sua cultura mundo afora, porém se pensarmos na potencialidade de crítica que a Teoria Queer possui, tanto do mundo quanto de si própria é possível que se pense em construções brasileiras e latino-americanas acerca dela, isso aliás já ocorre e tem potencial inclusive de crítica as imposições imperialistas do norte. Não nos convém ignorar as proposições aqui apresentadas, mas podemos construir nossas próprias críticas e teorias acerca do sistema normativo.

3 METODOLOGIA

Como objetivos pretendemos até aqui identificar questões que estão sendo discutidas no âmbito da comunidade LGBTQIA+ procurando refletir sobre como estes assuntos estão sendo tratados no âmbito dos estudos informacionais, descrevemos a teoria Queer, de Judith Butler, como base para a construção de uma matriz de discussão sobre as possibilidades performáticas da linguagem. Como aporte metodológico, foi desenvolvida pesquisa exploratória, alicerçada em levantamento bibliográfico e documental.

Os termos de pesquisa escolhidos para o levantamento foram selecionados de forma a abarcar o maior número de trabalhos em Ciência da informação que abordem assuntos relacionados ao tema, com a preocupação da inclusão da maioria dos termos presentes na sigla LGBTQIA+ que representa a comunidade. Utilizamos como base as obras: Hasteemos a bandeira colorida: Diversidade sexual e de gênero no Brasil de 2018, e o livro Tentativas de aniquilamento de Subjetividades LGBTIs, organizado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) de 2019, porém como se trata de um grupo

diverso e que se mantém em constante ampliação e questionamento ainda existem novas palavras que estão sendo incluídas na sigla.

Dessa forma foi necessário delimitar os termos que mais apareciam para fazer parte deste trabalho, reconhecendo que alguns podem não ter sido contemplados nesta seleção preliminar, mas esta tabela fica aberta para novas definições e atualizações futuras com novos termos sobre manifestações e expressões que ainda não são abordadas em Ciência da informação mas que atualmente ganham cada vez mais luz em debates sociais em diversos âmbitos. As bases de dados

internacionais pesquisadas foram: Information Science & Technology Abstracts Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text; Library and Information Science Abstracts. Já as bases de dados nacionais pesquisadas foram a BRAPCI, RPPBCI e o Repositório da FEBAB.

Ao final, espera-se alcançar como resultados, a construção fundamentada de argumentos e justificativas que possam auxiliar o campo da Ciência da informação a pensar sistemas e serviços de informações mais inclusivos em relação aos assuntos relacionados a LGBTQIA+.

4 RESULTADOS

Com o levantamento bibliográfico em bases de dados internacionais e nacionais em Ciência da informação foi possível coletar resultados quantitativos através dos termos que representam o grupo de interesse desta pesquisa, nas tabelas a seguir apresentamos quais termos recuperaram mais produções nas bases e quais os principais temas estão sendo abordados atualmente na área.

Tabela 1: Resultados no levantamento feito nas bases de dados internacionais pesquisadas

BASES	Information Science & Technology Abstracts	Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text	Library and Information Science Abstracts
TERMOS			
LGBT	63	725	-
LGBTQ	94	1.505	-
LGBTQIA	1	7	-
LGBTQIAP	1	7	-
Lesbian/Lésbica	142	2.449	-
Gay/Gay	369	7.259	-
Bisexual or Bisexuality/Bisexual	94	685	-
Transgender/Transgênero	89	1.061	-
Queer/Queer	102	1.491	-
Intersex/Intersexo	8	87	-
Asexual Orientation or Asexuality not Asexual Reproduction /Asexual	1	19	-
Pansexual or Pansexuality/Pansexual ou Pansexualidade	0	8	-

(dados coletados em fevereiro de 2022).

Fonte: Elaborada pelas autores (2022).

Tabela 2: Resultados no levantamento feito nas bases de dados nacionais pesquisadas

BASES	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação	Repertório da Produção Periódica Brasileira de Ciência da Informação	Repositório da FEBAB
TERMOS			
LGBT	50	-	5
LGBTQ	10	-	0
LGBTQIA	8	-	0
LGBTQIAP	2	-	0
Lesbian/Lésbica	5	-	1
Gay/Gay	19	-	1
Bisexual or Bisexuality/Bisexual	8	-	0
Transgender/Transgê- nero	9	-	1
Queer/Queer	10	-	0
Intersex/Intersexo	0	-	0
Asexual Orientation or Asexuality not Asexual Reproduction /Asexual	2	-	0
Pansexual or Pansexuality/Pansexu- al ou Pansexualidade	0	-	0

(Dados coletados em fevereiro de 2022).

Fonte: Elaborada pelas autores (2022).

Em uma primeira análise comparativa, é evidenciada a grande predominância de pesquisas sobre os temas LGBTQIA+ no exterior, em relação as publicações registradas dem fontes de informação nacionais. Especificamente sobre o termo Queer, fruto de maior atenção na construção teórica desta pesquisa, podemos reconhecer a incidência de 1.491 trabalhos localizados na Base Library, information Science & technology Abstracts which full Text. Em âmbito Nacional, a totalidade de fontes recuperadas, em todas as bases pesquisadas, somam, apenas, 10 trabalhos produzidos. Esse resultado, demandaria maior investimento no desenvolvimento de análises que pudessem pormenorizar questões de ordem geopolítica e que estariam diretamente

relacionada as formações dos movimentos de resistência, da construção de bibliografias, entre outras questões, mas para o escopo da presente pesquisa, nos cabe constatar que há ainda, uma escassez considerável de estudos no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação brasileira, em relação ao assunto.

Analisando os resultados, de modo mais distribuídos em relação aos assuntos, aponta-se uma maior recuperação para certos grupos, que por estarem em maior evidência nos debates sobre o tema apresentam maior produção científica, como é o caso de Gay e Lésbica que se destacam tanto nas bases de dados nacionais quanto nas internacionais. A palavra Queer possui destaque em bases internacionais por ser mais usada em publicações em inglês, assim como a abreviação LGBTQ que se destaca sobre as nacionais que utilizam mais LGBT, Queer supera inclusive os números de Bissexual e Transgênero que ainda assim expressam muitos trabalhos indexados com os termos. Já Intersexo e Pansexual não aparecem nas bases nacionais. Com Asexual foi necessário usar um operador e adaptar a pesquisa para retirar outras formas de utilização da palavra. Imprescindível afirmar que não foram obtidos acesso nas bases LISA (internacional) e na RPPBCI (nacional).

De modo geral, o que mais foi evidenciado com o levantamento bibliográfico comparativo, foi a diferença entre as coletas das bases nacionais e internacionais que são muito discrepantes. Enquanto nas internacionais podemos encontrar diversas produções acadêmicas acerca de quase todos os termos e em uma quantidade bem ampla, nas brasileiras são poucos resultados e muitos termos nem chegam a recuperar nenhuma publicação.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Diante de toda a revisão bibliográfica realizada podemos refletir, recuperando o resultado do trabalho de Pinho e Guimarães (2011) em que analisam três linguagens de indexação brasileiras (do Senado Federal, da

Universidade de São Paulo e da Fundação Biblioteca Nacional), que o tipo de discurso que as instituições brasileiras ainda perpetuam, que é o do estigma. Com a pesquisa de equivalência sobre as terminologias selecionadas pelos

autores no universo da homossexualidade masculina, se mostram limitados os resultados sobre assuntos que relacionam o indivíduo com situações e vivências múltiplas, como por exemplo quando os assuntos são sobre ambientes de apoio, relacionamentos, afetos, amor, direitos, expressões, identidades, famílias, atuação e ativismo, entre outros assuntos.

Já quando os termos são sobre sexualidade e atos sexuais o resultado aparece em praticamente todas as linguagens, limitando as vivências desse indivíduo a apenas esta esfera da vida, o que nos mostra que no momento daquela pesquisa as instituições ainda permeavam na inércia e dessa forma posicionavam-se perante a sociedade com um discurso discriminatório, pois indexavam de forma incompleta, como nos exemplos das palavras-chave *Homossexualidade* e *Transexualidade* que possuem nesses vocabulários controlados escolhidos, muitos resultados de equivalência que recorrem a palavras que já caíram em desuso. Isso nos aponta para a reflexão de que nem no processo de assimilação higienizada e disciplinada o sistema brasileiro consegue aderir ou aceitar a homossexualidade.

A atualização de termos e inclusão de novos assuntos em vocabulários controlados, deve ser uma atividade frequente, visto que a dinâmica social produz informação constante e se o profissional da informação não acompanhar as mudanças, essas linguagens de indexação, por exemplo, podem permanecer contendo vocabulários que performam preconceito ou mesmo invisibilizam um assunto por simplesmente não se atentar a uma palavra nova que deva ser adicionada.

Percebe-se aqui uma possibilidade de contribuição da indexação social através da garantia cultural abordada por Gomes (2019) que através da representação, da representatividade e do lugar de fala pode propor corrigir erros, equívocos ou inércia de representação pautadas nas indexações baseadas na cisnormatividade e na

heteronormatividade. Porém vale lembrar que podemos então abrir aqui outra possibilidade com a indexação social, pois o paradoxo que nos aponta é de que como a Teoria Queer não pretende e nem almeja a representação nos sistemas normativos pensamos que para além do simples assimilacionismo, se pode subverter os papéis de posição de poder, entende-se que o paradoxo permanece aqui, porém se vê a necessidade de ocupação desses ambientes e de construção e organização de conhecimentos que venham de sujeitos dissidentes.

O profissional da informação tem papel primordial nos processos que culminam na Organização e Representação do Conhecimento e conseqüentemente se posiciona como mediador da apropriação da informação pelo usuário, que através da interpretação adquire um novo conhecimento, que neste caso por exemplo, pode ser através da leitura. A teoria de Butler pode aproximar as atividades rotineiras dos bibliotecários com a atuação de promoção de justiça social que faça com que o material mediado seja uma forma também de reeducação coletiva que promova a diversidade e rompa com a noção de normalidade do sexo e do gênero.

Vale neste momento abrir uma breve análise sobre a mediação da informação que possibilita acesso a direitos e promove a cidadania, como é o caso da pesquisa já mencionada de Cortes, Silva, Silva, Soares (2017) que ao realizar o registro sistematizado das informações do Espaço LGBT aproxima a população de entender melhor os serviços prestados por essa organização. Pensando no avanço para a Ciência da Informação, uma articulação como essa sobre a mediação informacional faz valer os princípios éticos da atuação do bibliotecário. Indo além, ainda promove o conhecimento sobre direitos de pessoas trans que é o recorte da pesquisa, entregando para a comunidade científica e a sociedade em geral um registro que além de mostrar o quantitativo de atendimentos nos promove mediação protagonizando travestis e transexuais. A coleta de dados sobre os

acolhimentos feitos vem ao encontro com a necessidade de informações oficiais de órgãos governamentais que hoje ainda não atuam de forma integrada entre si no país para gerar panoramas confiáveis em que se basear políticas públicas para LGBT. Isto aponta para que os estudos informacionais reconheçam a constante barreira que os corpos inassimiláveis encontram ao tentar acesso ao sistema, pois este não as permite tocar o conhecimento para mantê-las no lugar de subalternidade, ao realizar uma compreensão sobre estudos de gênero e sexualidades desconstruindo binarismos a mediação e também a promove, além de nos deixar a contribuição em Ciência da Informação de como representamos a nós mesmos.

A Teoria Queer, enquanto uma abordagem crítica de gênero e sexualidade pode contribuir na medida que coloca em questão esses pontos de partida e evidencia as visões daqueles que estão de fora do processo de organização do conhecimento. Propõe-se então a reflexão sobre como seria partir da imparcialidade, o que se percebe como algo quase utópico, mas idealizando um movimento de participação da diversidade na sociedade podemos usufruir das contribuições advindas dessa teoria, onde evocando os compromissos de representação, representatividade e de lugar de fala se faz possível questionar as bases dos estudos e práticas informacionais.

Dito isto, pensemos no termo *não-binário*, como uma das palavras que soam relativamente novas nos processos de representação temática, e seria interessante propor um olhar na Ciência da informação a partir dessas pessoas e suas representações de mundo, pois se mesmo nos grupos mais discutidos em pesquisas na área, como são os casos de gays e lésbicas, ainda se apresenta insuficiência na exatidão, especificidade e adequação de termos, pessoas não-binárias e Queer podem trazer reflexões para além dos fazeres biblioteconômicos e garantir a indexação justa.

O questionamento neste momento é: Como fazer isso? A resposta pode estar em atuar através da representatividade na construção de linguagens de indexação ou mesmo com consultores no processo de representação temática para utilizar termos que performem exatidão na recuperação e incentivar o uso e atualização de novas palavras-chave que a partir do lugar de fala poderia popularizar com credibilidade a temática Queer por meio de sistemas abertos e utilizando inclusive materiais e publicações próprias como forma de emancipação. A Ciência da Informação avançaria imensamente como campo de estudos pela criticidade e principalmente por evitar hegemonias em seus estudos sobre Organização do conhecimento, mostrando compromisso ético com a comunidade LGBTQIA+ por se basear em teorias desse grupo para abrir-se a desconstrução e oferecer confiabilidade para a indexação social em sistemas abertos e digitais da informação corrigindo assim falhas de práticas institucionais e reparando esses indivíduos.

Portanto, assim como a Teoria Queer questiona a normalização de corpos, práticas e identidades, em contribuição com a Ciência da informação, na Organização do conhecimento e especificamente na indexação social pode inspirar estudos informacionais que rompam com a lógica de poder presentes nas instituições públicas e privadas, principalmente nas governamentais que deveriam zelar pela garantia de direitos humanos. Aqui entra o papel dos profissionais da informação, que, atuando em Unidades de Informação como museus, bibliotecas e arquivos, possuem a posição de decisores para transgredir esses discursos hegemônicos, pois abrir-se à indexação social é romper com a prática que limita a diversidade e suas proposições, basta voltarmos a refletir sobre como uma pessoa Queer e não binária representaria o mundo, tanto o seu como ao seu redor, dar essa possibilidade à Ciência da informação é abrir oportunidades de partir de uma nova visão de organização social olhando através da Teoria Queer.

Com o potencial performático da Teoria Queer o ganho é certo para a Ciência da informação em suas indagações e inquietações científicas, e também para as atividades técnicas e organizacionais dos bibliotecários, pois o intuito inspirado nas proposições da Teoria é ir além de incluir o grupo ao sistema e tentar normaliza-lo. Propomos a inspiração da descategorização e desclassificação em nossas pesquisas e gestões, porque para a real emancipação da população LGBTQ+ é necessário antes de mais nada romper com o processo de “higienização” que corrompe aquele que se submete ou é forçado a seguir certos comportamentos e se portar de certa maneira para ser um pouco melhor aceito pela sociedade. A intenção é que ninguém deva pedir pela aceitação de outro e que não tenha que negociá-la renunciando a algum aspecto que faz parte de sua construção como indivíduo LGBTQ+.

A proposta aqui é de que um usuário de Biblioteca, enquanto um LGBTQIA+, não precise se sentir como uma subcategoria na estante de livros, mas que se reconheça também no lugar do protagonismo e que o seu agente dominador e opressor seja tratado com a mesma estranheza que o Queer é visto, afinal a Teoria nos coloca que todos somos estranhos e parte de um sistema regulador, ou seja, a heterossexualidade é tão estranha quanto outras manifestações e práticas sexuais e por isso deve ser especificada assim como outros temas como por exemplo a homossexualidade.

Na ânsia para definir algo, alguém ou um tema, cometemos equívocos ao buscar reduzir aquilo ao mais geral possível e relacionar sempre ao senso comum diminuindo assim as chances de pensamento crítico sobre um conceito, um exemplo disso é nos perguntarmos: O que é um homem e o que é uma mulher? Muito provavelmente a primeira relação que faremos enquanto coletividade é buscar em nosso repertório a imagem de homem e mulher cisgênero e heterossexual, inviabilizando assim a inclusão de outras formas de ser e estar por falta de análise crítica e ampla,

caindo na leviandade e negligência corroborando assim para invisibilizar homens e mulheres, trans, gays e lésbicas. Para além do binarismo ainda se faz necessário também considerar pessoas não binária, pansexuais, intersexuais, e diversas outras expressões de gênero e sexuais.

Talvez o ponto chave é perceber que a Ciência da informação também se encontra refém do sistema normativo social e assim necessita criar relações e alianças com sujeitos que performam diversidade para que se consiga fazer autocrítica e reinventar os processos, instrumentos e conceitos dentro da área, essa abertura tem potencial crítico para perceber sua participação no sistema regulador e como os mediadores/profissionais da informação e pesquisadores em Ciência da informação podem contribuir para a atuação política de combate a heteronormatividade.

A proposição de crítica à identidade e de evidência da performance nos provoca a deixar a zona de conforto e entender que não há como representar a todos dentro do sistema normativo enquanto não tomamos consciência que estamos a serviço do próprio, e que de alguma maneira deva-se performar fora do sistema tradicional e utilizar da indexação social para que não se reafirme estigmas dentro dos instrumentos já consolidados, possibilitando a construção da autoimagem para performances dissidentes e a própria representação e construção dos seus conhecimentos, é uma possibilidade para evitar passar pelo processo de assimilação que censura em prol da higienização, esses conhecimentos devem ser registrados, organizados e representados, mas de forma a evitar que seja submetido a heteronormatividade.

Em suma, além de criar alternativas para acesso a representação é necessário também possibilitar a atuação da dissidência dentro dos sistemas tradicionais da biblioteconomia para a subversão dos processos do sistema através da desclassificação normativa, assim como no fervor dos estudos de gênero e sexualidade e

com o nascimento da Teoria Queer esses grupos ocuparam as universidades e ambientes de conhecimento para criar grupos que estudavam as suas dissidências e de forma a protagonizar suas próprias reflexões acerca de suas

construções e performances, viabilizando que na organização desses saberes o grupo se faça presente novamente como protagonista e venha a causar um novo abalo a fim de provocar o poder.

6 CONCLUSÃO

Diante das argumentações apresentadas percebemos que é necessário rever todo o processo, os instrumentos e os pontos de partida da organização, da classificação, da mediação, da disseminação e de todas as etapas pertinentes à Ciência da informação, para que um catálogo, por exemplo, não seja uma constatação institucionalizada de reprodução LGBTfóbica. Apesar de esforços estarem sendo voltados para garantirem a representação, representatividade e lugar de fala de diferentes grupos, nesses instrumentos, é necessário

organizar um contraponto aos sistemas já consolidados. Entraria aqui, talvez, as práticas de indexação social como recurso para contrapor os sistemas institucionalizados, garantindo assim tanto a existência e permanência nos processos institucionalizados como mantendo a possibilidade de transgredir criticamente através de outros sujeitos, sistemas e práticas. Portanto, manter-se presente em órgãos oficiais e também construir transgressões a eles se fazem necessário quando falamos de comunidades e minorias excluídas socialmente.

REFERÊNCIAS

- Aula Introdução a Teoria Queer com Helena Vieira (2020). Canal: Pausa Para o Fim do Mundo. 1 vídeo. (1h58m)
<https://www.youtube.com/watch?v=HHRJqm7DWDI>.
- Butler, J. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castro, S. de (2013). Queerificando antiga. Revista Cult, 16(185), pp.44-47, nov.
- Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais de Psicologia (2019). Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs. Brasília: CFP.
<https://site.cfp.org.br/publicacao/tentativas-de-aniquilamento-de-subjetividades-lgbtis/>.
- Cortes, G. R., Silva, L. F. da, Silva, L. K. R. da & Soares, G. S. (2017). Violência contra travestis e transexuais: a mediação da informação no espaço LGBT. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 18. Marília. Anais Marília: Unesp, 2017.
- Garcia Gutiérrez, A. (2013). La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. Perspectivas em Ciência da Informação, 18(4), pp.93-111, out./dez.
- Gomes, P. (2019). Minha voz importa: traçando orientações para construção de tesouros para a comunidade LGBTQIA+. In: Romeiro, N. L., Martins, C. W. & Santos, B. A. dos (Orgs.). Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação. Florianópolis: Nyota. pp.97-123.
<https://www.nyota.com.br/catalogo>.
- Guedes, R. M. (2010). A abordagem dialógica na indexação social. 186f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –

- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Lima, G. B. de & Santos, R. N. R. dos (2019). O campo da informação no ordenamento político de gênero. In: Romeiro, N. L., Martins, C. W. & Santos, B. A. dos (Orgs.). *Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação*. Florianópolis: Nyota. pp. 41-69. <https://www.nyota.com.br/catalogo>.
- Louro, G. L. (2001). Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, 9, pp.541-553, jul./dez. <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWp gVkt9BXvLXvTvHMr/?lang=pt&format=pdf>.
- Louro, G. L. (2013). Uma sequência de atos. *Revista Cult*, 16(185), pp.31-34, nov.
- Migliovich-Ribeiro, A. (2014). Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas*, 14(1), pp.66-80, jan./abr. (Dossiê: América Latina como lugar de enunciação).
- Milani, S. & Guimarães, J. A. C. (2014). Problemas relacionados a biases em sistemas de organização do conhecimento: perspectivas para a representação de assunto. *IRIS: Revista de Informação, Memória e Tecnologia*, 3(n.esp.), pp.72-92.
- Moraes, J. B. E., Lima, L. M. & Caprioli, M. S. (2016). Análise do discurso e ciência da informação: aportes teóricos para organização e representação da informação. *Scire: representación y organización del conocimiento*, 22(2), pp.75-85. <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/168051>.
- Olson, H. A. (2002). The power to name: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic.
- Pinho, F. A. & Guimarães, J. A. C. (2011). A precisão nas linguagens de indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 12. Brasília. Anais Brasília: UnB.
- Revista Cult*, São Paulo, 16(185), pp.20-47, nov.
- Romeiro, N., Whelington, C. & Almeida, B. (2019). *Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação*. Nyota. pp.566.
- Silva, I. B. dos S. (2019). Informação e visibilidade na construção desiderativa da aprendizagem: prospecções acerca da população LGBTQIA+. In: Romeiro, N. L., Martins, C. W. & Santos, B. A. dos (Orgs.). *Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação*. Florianópolis: Nyota. pp.19-39. <https://www.nyota.com.br/catalogo>.
- Silva, L. F. da, Côrtes, G. R. & Oliveira, H. P. C. de (2019). A diversidade nos estudos de práticas informacionais: possibilidades teórico-conceituais para abordagem de sujeitos LGBTQIA+. In: Romeiro, N. L., Martins, C. W. & Santos, B. A. dos (Orgs.). *Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação*. Florianópolis: Nyota. pp.71-95. <https://www.nyota.com.br/catalogo>.
- Tiburi, M. (2013). Judith Butler feminismo como provocação. *Revista Cult*, São Paulo, 16(185), pp.20-23, nov.
- Trevisan, J. S. (1986). *Devassos no paraíso*. São Paulo: Max Limonad.
- Vieira Junior, N. C. & Vogel, M. (2013). *Memória LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros) no Museu da Diversidade Sexual em São Paulo: sugestões de sistemas e serviços informacionais*. 2013. Monografia Tese,

Fundação Escola de Sociologia e Política
de São Paulo, São Paulo.

NOTAS

¹ Graduando em Biblioteconomia e Ciência da
Informação / Bolsista de Iniciação científica/CNPQ.

² Docente do Departamento de Ciência da
Informação / Bolsista Produtividade PQ2/CNPQ.